

Portaria n.º 379/2010

De acordo com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de Outubro, os processos de delimitação do domínio público hídrico pendentes em 27 de Outubro de 2007 são apreciados ao abrigo e nos termos das normas procedimentais aplicáveis à data do seu início, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro.

Encontra-se pendente o processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com dois prédios sitos no Largo do Ribeirinho, em Vila do Conde, requerida por Maria Elvira Cereja da Costa Oliveira e José dos Santos Leites, que corre os seus termos na Comissão do domínio público marítimo sob o n.º 4483/04.

Tendo a comissão do domínio público marítimo proferido parecer favorável ao seguimento do processo, importa proceder à nomeação da correspondente comissão de delimitação.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, e na alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de Outubro, atento ainda o teor do n.º 4 do regulamento anexo ao despacho normativo n.º 32/2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 20 de Junho de 2008, manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e do Ordenamento do Território, o seguinte:

Artigo 1.º

Comissão de delimitação

É constituída a comissão de delimitação do processo de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com dois prédios sitos no Largo do Ribeirinho, em Vila do Conde, requerida por Maria Elvira Cereja da Costa Oliveira e José dos Santos Leites, que corre os seus termos na comissão do domínio público marítimo sob o n.º 4483/04, com a seguinte composição:

- Um representante do Instituto da Água, que preside;
- Um representante do Ministério da Defesa Nacional, a designar pela Autoridade Marítima Nacional;
- Um representante dos requerentes.

Artigo 2.º

Auto de delimitação

O auto de delimitação que vier a ser produzido pela comissão ora nomeada, no seguimento do parecer n.º 6184, de 22 de Outubro de 2008, da comissão do domínio público marítimo, observará as normas procedimentais constantes do citado despacho normativo n.º 32/2008, de 20 de Junho, sendo remetido ao Instituto da Água, I. P., para, depois de colhido o parecer da comissão do domínio público marítimo, caso seja favorável, ser objecto de subsequente homologação do Governo, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro.

25 de Maio de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — A Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro*.

203315981

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Autoridade Nacional de Protecção Civil****Louvor n.º 275/2010**

Louvo o assistente técnico Josué Joaquim Semedo Jorge, da Embaixada de Portugal na República Bolivariana da Venezuela pela sua excepcional actuação durante o período em que elementos da Missão Portuguesa ao Haiti permaneceram em Caracas numa complexa, mas muito bem sucedida missão de reforço logístico ao contingente destacado em Port-au-Prince, Haiti.

A permanente disponibilidade demonstrada e a forma competente e dedicada com que apoiou as diversas actividades das equipas portuguesas em muito contribuíram para a eficácia da missão.

Assim, é Josué Joaquim Semedo Jorge credor do reconhecimento público do Sistema de Protecção Civil pelo espírito de missão demonstrado, motivo pelo qual determino a publicação deste louvor, do qual deve ser dado conhecimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinado em 25 de Maio de 2010. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

203312692

Louvor n.º 276/2010

Louvo o Inspector da Polícia Judiciária Jerónimo Anselmo Fernandes, Oficial de Ligação junto da Embaixada de Portugal na República Bolivariana da Venezuela pela sua excepcional actuação durante o período em que elementos da Missão Portuguesa no Haiti permaneceu

em Caracas numa complexa, mas muito bem sucedida missão de reforço logístico ao contingente destacado em Port-au-Prince, Haiti.

A forma dinâmica, extraordinariamente competente e exemplarmente dedicada com que apoiou as diversas actividades das equipas portuguesas, muito contribuiu para a eficácia da missão. Possuidor de elevado espírito de missão e de permanente disponibilidade, a ele se deveu o processo de facilitação do transporte e guarda do equipamento bem como a segurança das duas equipas aí destacadas.

Assim, é o Inspector Jerónimo Fernandes credor do reconhecimento público do Sistema de Protecção Civil pela forma altamente qualificada demonstrada durante a missão, conduzindo ao prestígio internacional de Portugal, do Ministério da Administração Interna e da Autoridade Nacional de Protecção Civil, motivo pelo qual determino a publicação deste louvor, do qual deve ser dado conhecimento aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Justiça.

Assinado em 25 de Maio de 2010. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

203312684

Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos**Aviso n.º 11101/2010**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do RCTFP (Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro) torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de Maio de 2010, na sequência do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 20003/2009, publicado no *Diário da República* n.º 216, 2.ª série, de 06 de Novembro de 2009, para preenchimento de 6 postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos, com os seguintes trabalhadores:

Para a área de competências de Programação e Contabilidade PIDDAC

Filomena Rosa Simões Caio Vaz, com a remuneração correspondente à 8.ª posição remuneratória da categoria e nível 13 da tabela remuneratória única;

Carlos Alberto Pestana Carneiro, com a remuneração correspondente à 6.ª posição remuneratória da categoria e nível 11 da tabela remuneratória única;

Mafalda Sofia Fernandes da Silva Candeias, com a remuneração correspondente à 4.ª posição remuneratória da categoria e nível 9 da tabela remuneratória única.

Para a área de competências de Contratação Pública

Rui Miguel de Campos Garcia, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e nível 7 da tabela remuneratória única;

Antónia Maria Cardim de Matos Barata, com a remuneração correspondente à 4.ª posição remuneratória da categoria e nível 9 da tabela remuneratória única;

Maria Palmira Parafita Lourenço Pereira, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e nível 7 da tabela remuneratória única.

17 de Maio de 2010. — O Subdirector-Geral, *José Carlos de Lucena Sampaio e Sanches*.

203312205

Declaração de rectificação n.º 1075/2010

Por ter sido publicado com inexactidões o aviso n.º 10 083/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 21 de Maio de 2010, rectifica-se o seguinte:

Onde se lê

«Cármén Martin Munoz Santos — 15,26 valores.
Ana Cristina Gonçalves Almeida Ramos — 13,79 valores.
Andreia Carina Fontinha de Oliveira 10,43 — valores.»

deve ler-se:

«Cármén Martin Munoz Santos — 15,48 valores.
Ana Cristina Gonçalves Almeida Ramos — 14,45 valores.
Andreia Carina Fontinha de Oliveira — 10,90 valores.»

21 de Maio de 2010. — O Director-Geral, *José Manuel Valadas Revez*.

203317917